

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado Profissionalizante

Unidade curricular

Justiça Constitucional

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

António Jorge Pina dos Reis Novais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio da utilização prática do acesso à justiça constitucional no sistema português de fiscalização da constitucionalidade, com especial atenção às especificidades do sistema português na comparação com os outros modelos, designadamente no domínio da fiscalização concreta

Conteúdos programáticos

Parte I

Sentido e justificação de uma justiça constitucional

1. Significado de justiça constitucional.
2. Surgimento do constitucionalismo e justiça constitucional. As diferenças entre Europa e América.
3. A questão da legitimidade. A objecção democrática. Justiça constitucional débil (minimalista, procedimentalista) e justiça constitucional forte.
4. As dúvidas sobre a legitimidade quando a própria Constituição prevê a existência de justiça constitucional. Inconstitucionalidade orgânica e material. Justiça constitucional e garantia dos direitos fundamentais. A crítica de Jeremy Waldron. Desacordo e justiça constitucional.
5. A crise económico-financeira dos últimos anos e a irrupção da questão da legitimidade em Portugal. A discussão sobre os parâmetros de fiscalização. Controlo de evidência ou controlo intensivo. O controlo de constitucionalidade com base em princípios constitucionais.

Parte II

Os grandes modelos de justiça constitucional

1. Modelo americano e modelo europeu.
2. As razões explicativas do surgimento da justiça constitucional na América. A evolução da justiça constitucional americana.
3. A pretensa excepção portuguesa e o seu significado prático.
4. Kelsen, a discussão dos anos 20 e a proposta de um Tribunal Constitucional.
5. Construção kelseniana do Direito e do Estado, inconstitucionalidade orgânica e inconstitucionalidade material. A garantia de uma legalidade sem brechas e os perigos de um governo dos juízes.

Parte III

O novo constitucionalismo e a convergência dos modelos

1. O novo constitucionalismo da segunda metade do séc. XX e o novo quadro da discussão sobre os modelos: a importância decisiva da garantia dos direitos fundamentais.

2. A hibridização e a convergência dos modelos.
3. A tutela judicial plena como direito fundamental e o recurso de amparo.
4. A designação e os mandatos dos juízes constitucionais.

Parte IV

O sistema português de justiça constitucional

1. As características próprias do sistema português e a sua origem. Fiscalização difusa e fiscalização concentrada. O Tribunal Constitucional.
2. Os diferentes tipos de fiscalização. O seu regime.
3. Fiscalização preventiva e fiscalização sucessiva; fiscalização abstracta e fiscalização concreta; fiscalização da inconstitucionalidade por acção e fiscalização da inconstitucionalidade por omissão.

Parte V

Apreciação crítica do sistema português de fiscalização da constitucionalidade

1. Um sistema exclusivamente assente na fiscalização da constitucionalidade de normas e da omissão de normas e as suas insuficiências e contradições.
2. A distorção do funcionamento do sistema e os défices de protecção dos direitos constitucionais.
3. Os problemas na relação entre justiça constitucional e as outras jurisdições nacionais e na relação com a justiça constitucional europeia.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Através do percurso pelos temas principais em debate quanto à legitimidade, à diferenciação de modelos e à concretização dos sistemas de fiscalização da constitucionalidade, os alunos são introduzidos ao sistema português que, depois, é analisado profundamente segundo uma perspectiva crítica

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas são de natureza teórico-prática e a avaliação é feita em termos de avaliação contínua, durante o semestre, havendo depois a obrigatoriedade de apresentação de um trabalho escrito cuja avaliação será ponderada com a prestação durante as aulas

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método permite e estimula uma participação regular dos alunos sobre todas as matérias expostas e discutidas, permitindo ainda demonstrar as capacidades de pesquisa autónoma e de elaboração mais aprofundada sobre um dos subtemas tratados

Bibliografia principal

A bibliografia nacional e internacional sobre a justiça constitucional é praticamente inabarcável, encontrando-se as respectivas referências em todos os Manuais de Direito Constitucional.

O livro base seguido na exposição das matérias constantes do programa, com remissões bibliográficas específicas sobre cada ponto da matéria é:

Jorge Reis Novais — *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional em Estado de Direito Democrático*, Coimbra, 2012

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Master Course

Curricular unit

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

Syllabus

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Main Bibliography

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.